

Rejeitar a chantagem, defender as reivindicações

“Acho bom o governo ter vergonha na cara e cumprir o que assinou”
(indignação de uma servidora da Cultura diante da “repactuação”)

De repente, o governo ficou apressado para conseguir a “repactuação” dos acordos e compromissos não cumpridos e para acelerar as negociações em curso.

Reuniões foram antecipadas, desmarcadas, marcadas novamente.

Depois de meses e meses de adiamentos e passos milimétricos, o governo agora tenta obrigar a categoria a tomar decisões a toque de caixa.

Por que essa reviravolta?

Em primeiro lugar, o governo pressente o perigo da mobilização unitária, marcada para o dia 26 de março. Enfrentar a categoria unida, cada setor marchando com suas reivindicações específicas, mas todos golpeando juntos em defesa dos direitos e cobrando os compromissos é algo que o governo não quer, sobretudo num ano eleitoral.

Além disso a folha deste mês de março terá obrigatoriamente que ser acrescida de milhões de reais para complementar os Vencimentos Básicos abaixo do salário mínimo,

que subiu para R\$ 415,00. Para o governo é muito melhor que isso seja integrado na “repactuação”.

Adicionalmente, quanto mais passa o tempo mais fica claro que o governo pode, se quiser, encontrar os instrumentos orçamentários para cumprir todos os acordos e compromissos pactuados e também atender as reivindicações dos setores que ainda estão em negociação.

A tática do governo, neste momento, é a chantagem. Ameaçador, quando é cobrado em sua responsabilidade, tenta transferi-la para os próprios servidores afirmando que cumprir integralmente os acordos significa abandonar “mais de 600 mil sem reajuste” porque não há verbas. Seu objetivo é levar os servidores a se dividir e aceitar suas imposições.

As negociações iniciadas demonstram (leia na página 4) que é preciso rejeitar a chantagem e buscar permanentemente a unidade a partir da defesa intransigente das reivindicações. Esse é o caminho apontado nas deliberações da Plenária da Condsef.

De onde vem a intransigência

O orçamento 2008 foi aprovado em Comissão e deve ir a plenário na quarta-feira, dia 5. Além dos R\$ 3,4 bilhões que consta do Anexo 5, o governo precisaria de pouco mais R\$ 2 bilhões para atender centenas de milhares de servidores. O valor é pequeno se comparado aos cerca de R\$ 150 bilhões reservados para a especulação (juros da dívida) que exigem o “superávit primário”. Por não romper com essa política o governo cultiva truculência contra os servidores.

Resoluções da Plenária da Condsef

- Proposta – já confirmada, com a convocação pela CUT Nacional – de ato dos servidores federais em 26 de março, pelo cumprimento dos acordos e compromissos assumidos pelo governo e manutenção das negociações
- Unidade de todos os servidores contra a EC 19 e a divisão em “carreiras típicas”
- Contra os projetos que atacam direitos dos servidores:
 - PLP 248/98 – Demissões por suposta insuficiência de desempenho;
 - PLP 92/07 – Fundações Estatais – privadas;
 - PLC 1992/07 – Fundos de pensão;
 - PLS 611 (antigo PLP 01) – Congelamento salarial.
- Unidade ativo–aposentado–pensionista: em todas as negociações, a Condsef lutará intransigentemente em defesa da paridade e, portanto, contra as chamadas “gratificações de desempenho”, explicando essa posição à base, sobretudo aos novos servidores.

DIA INTERNACIONAL DA MULHER

Ato-Show – Sexta-feira – 07.03 – 12h
Espaço do Servidor (Esplanada dos Ministérios)
Recital de poesia com a poetisa Margô Oliveira
Show da cantora Nice Santos e banda

Estágio probatório

Mantido em dois anos pela Justiça

Cinco decisões judiciais confirmam que o estágio probatório continua sendo de dois anos, conforme previsto no art. 20, da Lei 8.112/90 (Regime Jurídico Único). São duas sentenças do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, uma da Justiça Federal de Santa Catarina, e outras duas do Superior Tribunal de Justiça (confira a íntegra dos processos no www.sindsep-df.com.br).

Apesar disso, o Recursos Humanos de muitos órgãos, mantém a errônea interpretação de que o estágio probatório teria sido ampliado para três anos pela Emenda Constitucional 19, de 1998. O que a EC 19 faz, na verdade, é fixar em três anos o tempo necessário para o servidor adquirir estabilidade mas em nenhum momento ela se refere ao estágio probatório, que continua sendo de dois anos. Uma vez cumprido esse período, o servidor já tem direito à progressão funcional prevista na carreira respectiva.

Caso a SRH do Planejamento não resolva rapidamente a questão no âmbito administrativo (a Condsef já solicitou audiência com essa finalidade) o sindicato entrará com ação para garantir os direitos dos novos servidores. O Sindsep-DF recomenda que não seja adotada nenhuma iniciativa fora do sindicato e mantém a orientação para que os casos em que haja problemas sejam comunicados visando à preparação da ação.

Mobilização pelo Plano de Carreira e Plano Especial com a GSISTE

Em duas grandes assembleias nos Blocos C e K, dias 28 e 29.02, os servidores do PGPE do Ministério do Planejamento, decidiram continuar com a mobilização e a luta pelo Plano de Carreira e Plano Especial com a GSISTE para todos os servidores do órgão, além de manter a exigência de retomada das negociações já. Uma

nova assembleia deve ser realizada em breve, desta vez, para definir a estratégia de luta e o próximo passo a ser dado para cobrar do governo o atendimento das reivindicações, bem como, para preparar a participação na Marcha do Servidor, dia 26 de março.

A assembleia também decidiu dirigir-se à Cond-

sef para que seja encaminhado nesta semana ofício à Secretaria de Recursos Humanos do MP solicitando a retomada das negociações referentes aos pleitos tratados no Grupo de Trabalho que está com as discussões suspensas desde outubro/2007. A trajetória de luta dos servidores pelo plano de carreira se mantém desde o ano de 2003.



Ministério da Justiça

Denúncia: terceirizados exercem funções de efetivos

Os servidores administrativos do Núcleo Central do Ministério da Justiça entregaram na Secretaria Jurídica do Sindsep-DF denúncia de que funcionários terceirizados estão, à margem da lei, executando atividades inerentes à servidores efetivos dos níveis intermediário e superior no Ministério Justiça, o que contraria decisões do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Tribunal de Contas da União (TCU).

O pior é que existem cargos vagos para a abertura de concurso público, deixando ainda mais evi-

dente o descaso do governo com o dinheiro público, uma vez que a terceirização é comprovadamente mais cara para os contribuintes do que a contratação democrática por meio de concurso público.

Apesar dessa situação, os servidores ainda aguardam uma audiência com assessores do ministro Tarso Genro para cobrar uma posição sobre o interesse do Ministério em corrigir a injusta situação salarial dos servidores efetivos do MJ. O Sindsep-DF irá formalizar a denúncia no Ministério Público.

MFazenda

Escala dos agentes de vigilância será mantida por seis meses

Em reunião com o Sindsep-DF, no dia 29.02, o subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do MFazenda, Laerte Melliga, e o coordenador geral de Recursos Logísticos, Augusto Akira Chiba, aceitaram manter durante seis meses a escala de trabalho dos agentes de vigilância de 12 x 36 horas, observando a carga horária do funcionalismo públi-

co. Nesse período, a direção do órgão irá planejar uma nova organização de trabalho para os vigilantes. As discussões serão acompanhadas por uma comissão de servidores, formada por cinco membros: Reinaldo Felipe, João França Lopo, Moisés Alves da Consolação, Vanderley Freitas e Luzimar. É uma vitória da mobilização da categoria e da intervenção do Sindsep-DF.

MDS

Servidores querem resposta do governo

Em reunião realizada no dia 28.02, os servidores efetivos do Ministério do Desenvolvimento Social decidiram cobrar uma resposta da secretária

executiva do órgão, Arlete Sampaio, às reivindicações feitas na reunião realizada com o ministro no final do ano passado.

Anistiados

Planejamento publica mais uma portaria

O Ministério do Planejamento publicou, no dia 26.02, mais uma portaria determinando o retorno ao serviço público de mais quatro anistiados pertencentes ao quadro das extintas Superintendência do

Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) e Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL). O Ministério da Integração Nacional tem 30 dias para notificar os servidores para se apre-

sentarem ao serviço, conforme determina o §1º do art. 4º do Decreto 6.077, de 10 de abril de 2007. Os servidores também têm 30 dias, a contar da data da notificação, para se apresentarem ao trabalho.

Assembleia Geral dos Anistiados
Quinta-feira - 06.03 - 9h
em frente ao Palácio do Planalto

MTransportes

Direção trata denúncia de assédio moral com indiferença

Em audiência com o chefe de gabinete do Ministério dos Transportes, Aluísio Braga, e o subsecretário de Assuntos Administrativos, Estevão Pedrosa, dia 27.02, o Sindsep-DF apresentou documento com a conclusão da Comissão de Processos Administrativos que constatou indícios da prática de assédio moral no âmbito do Ministério.

A direção do órgão, porém, tratou o assunto com



indiferença, alegando que só poderá tomar uma providência se receber uma solicitação diretamente das vítimas. Face à falta de von-

tade política dos dirigentes do ministério, O sindicato levará à denúncia ao Ministério Público para que a situação seja resolvida.

Servidores exigem investimentos na recuperação da gestão ambiental brasileira

O desmatamento na Amazônia cresceu no último trimestre em meio a retrocessos como a divisão do Ibama que acarretou uma crise institucional sem precedentes, com aumento da burocracia, conflitos de competência e desperdício de recursos públicos. Concomitante, há a desvalorização dos servidores da

Carreira de Especialista em Meio Ambiente, responsáveis por formular e executar Políticas Nacionais de Meio Ambiente. Basta ver que de 2002 a 2007, 30% dos analistas ambientais do IBAMA pediram demissão por conta da baixa remuneração e da falta de condições de trabalho. Igual evasão

houve no MMA de 2005 a 2007. Carreiras com atividades semelhantes às dos especialistas ambientais, ao contrário desta, têm adicionais de localidade e penosidade, prova evidente de que o valioso trabalho dos servidores ambientais não tem sido apoiado.

O governo continua ignorando acordos para reestruturar a carreira ape-

sar de compromissos assinados em 2004 e 2006. A realidade de autarquias federais ambientais é dura. Nos últimos anos servidores têm bancado até produtos de higiene e limpeza. Veículos sucateados e a falta de combustível impedem atividades como fiscalizações. Autoridades do MMA agravam a situação ao omitir o pa-

pel do Ibama na fiscalização. Os servidores alertam que o caos na gestão só será revertido quando o Estado definir o meio ambiente como prioridade na prática e não só no discurso. Os servidores responsabilizam o governo pela gravidade da situação (veja os números do descaso no www.sindsep-df.com.br).

MSaúde

Setor aprova pauta específica

Em assembléia realizada no dia 28.02, os servidores do Ministério da Saúde discutiram a proposta de reestruturação da tabela salarial apresentada pelo governo em 29.11 e a contraproposta da Condsef, entregue ao governo em 19.12. Foi reafirmada a decisão do setor de não aceitar a proposta do governo face à brutal quebra de paridade entre ativos, aposentados e pensionistas, e aos baixos valores, especialmente os referentes aos níveis auxiliar e intermediário.

Os servidores também aprovaram uma pauta de reivindicações específicas com 19 itens, que será entregue ao ministro José Gomes

Temporão e à coordenadora geral de Recursos Humanos, Elvira Maria do Espírito Santo, destacando-se:

- Redução da carga horária de 40 para 30 horas semanais;
- Pagamento de todos os passivos trabalhistas e ganhos administrativos;
- Custeio de exames periódicos para todos os servidores;
- Implementação de cursos continuados de qualificação profissional para os servidores efetivos.

A assembléia aprovou ainda a participação no ato do dia 26.03, em Brasília, para exigir o atendimento das reivindicações gerais e específicas.

Continua a febre de Processos Administrativos Disciplinares

Continua intensa, nos mais diversos órgãos do Executivo Federal, a proliferação de Processos Administrativos Disciplinares. No momento, a assessoria jurídica do Sindsep-DF está na defesa de mais de uma centena de servidores que, na maioria das vezes, são vítimas de perseguição política, e que, se não as-

sistidos corretamente, podem perder o cargo público. A orientação do sindicato para todos os servidores que se encontram nessa situação é que procurem a Secretaria de Assuntos Jurídicos, na sede do Sindsep-DF (SBS – Qd. 1, bloco K – Ed. Seguradoras, 16º andar) ou um dos postos de Atendimento Avançado.

Celestistas HFA

Assembléia define estratégia para cobrar reivindicações

Em assembléia dia 29.02, os servidores celetistas do Hospital das Forças Armadas (HFA) decidiram por unanimidade, intensificar a luta pela concessão da progressão funcional. A cobrança será feita simultaneamente junto à direção do hospital, ao Ministério da Defesa e ao Ministério do Planejamento. Audiências com esse objetivo já foram solicitadas pelo Sindsep-DF.

Com a direção do HFA também serão tratadas as questões relacionadas à

correta interpretação de serviço ininterrupto, o que possibilita a implementação da carga horária de 36 horas semanais para demais servidores que desenvolvem atividades dessa natureza; além dos critérios para averbação de licença médica. A assembléia elegeu ainda, uma comissão para, junto com a direção do sindicato, ajudar na construção da luta específica dos celetistas. Os eleitos são Vera Lúcia, Otonio Lima, Humberto Lopes e Ildo dos Santos.

A partir de segunda-feira, 03.03, será montado um posto de Atendimento Avançado do Sindsep em frente ao HFA, ao lado do ponto de táxi, onde serão atendidos os servidores celetistas e também aqueles regidos pelo Regime Jurídico Único.

Uma ação de conversão do regime celetista para o estatutário será ajuizada pelo sindicato em substituição processual para todos os filiados até a sexta-feira, dia 07.03.

Vale do Rio Doce

Momento decisivo

Será na próxima quarta-feira, dia 12.03, a definição do julgamento, na Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, da Reclamação que tenta impedir a continuação da tramitação de dezenas de ações populares que pedem a anulação do leilão de privatização da Companhia Vale do Rio Doce. O voto que falta é do ministro Francisco Falcão que, no dia 27.02, pediu vistas do processo. Até agora, a votação está empatada com quatro votos a favor e quatro contrários à Reclamação.

O objetivo da direção privatizada da Vale é anular o Acórdão do TRF de Brasília que determinou o exame do méri-

to de 62 processos que questionam o leilão de privatização.

O Sindsep-DF, junto com a ex-deputada Dra. Clair, organiza uma reunião para a terça-feira, dia 11.03, às 10h, no auditório Francisco Zóccoli, na sede do sindicato, para discutir a mobilização para que o STJ se defina contra a Reclamação. O desejo de que o leilão da empresa seja anulado foi confirmado em Plebiscito Popular, organizado pela CUT e demais entidades da Coordenação de Movimentos Sociais, em meados do ano passado. Dos 3.729.538 votos, 95% foram favoráveis à anulação.

A Vale foi criminosamente privatizada, em 1997, por R\$ 3,3 bilhões enquanto seu patrimônio, na época, era calculado em R\$ 92,64 bilhões.

A batalha da “repactuação”

No dia 27.02, sucessivas reuniões foram convocadas às pressas pela SRH do Planejamento para discutir a “repactuação” de acordos firmados em 2007 com a Cultura e Incra e ainda não cumpridos. Nos dois casos, o governo deu prazos exíguos para a categoria decidir se aceita ou não a “repactuação”. Além disso, o governo tenta, claramente, intimidar e dividir os servidores, com a ameaça de prejudicar outros setores caso haja insistência em cobrar o cumprimento integral dos acordos pactuados. A truculência foi tanta que, numa das reuniões do Incra, um dos parlamentares que estava presente apoiando as negociações, precisou advertir os membros do governo sobre atitudes que visavam a inibir a representação dos servidores na sua tarefa de defender os interesses da categoria.

■ Governo cedeu

Mas o desdobramento dessa mesma reunião demonstrou que estavam certos a representação da Condsef e os servidores do Incra que defenderam o cumprimento integral dos acordos tal como pactuados – ao mesmo tempo em que exigiram o atendimento das reivindicações de todos os demais setores do funcionalismo,

sem exceção, preservando a unidade.

Isso porque após uma duríssima discussão, em que os servidores fincaram pé contra a “repactuação” proposta, o governo pediu um intervalo (já na madrugada do dia 27 para o dia 28) e voltou com outra alternativa, mais próxima do acordo pactuado (veja box).

■ A importância da unidade

Esse resultado não foi atingido por acaso. Antes, no meio do mesmo dia 27, foram os servidores da Cultura que enfrentaram idêntico debate. No mesmo tom, também eles declararam rejeição total à “repactuação”, com argumentos concretos, números do orçamento e a exigência firme de que o acordo fosse cumprido na íntegra e imediatamente (depois da Cultura, ainda no dia 27, foram os servidores do Bacen que, em reunião que estava marcada com antecedência, repetiram a mesma exigência: cumprimento integral dos acordos).

■ Continuidade da luta

A reunião da Cultura terminou com os servidores declarando que iriam levar a “repactuação” à categoria, como é sua obrigação, mas com a certeza de que ela seria rejeitada e alertando o governo de

que não estava descartada a possibilidade de greve e/ou ação judicial pelo cumprimento do acordo. Posteriormente, na noite de 28.02, algumas horas depois da reunião do Incra, o governo informou à Condsef – durante outra reunião para tratar de outros assuntos – que iria também apresentar a nova alterna-

tiva para a Cultura.

Certamente, a postura firme dos servidores da Cultura, durante o dia, somada à dura discussão travada pelos servidores do Incra, à noite, junto com a importante presença parlamentar, levou o governo a tirar da gaveta seu “plano B”, a alternativa que ainda não é o cumprimento in-

tegral dos acordos mas, sem dúvida, está mais próxima deles do que a “repactuação” inicialmente anunciada. Agora, cabe à categoria decidir os próximos passos. Novas reuniões com o Planejamento estão agendadas para esta segunda-feira, dia 03.03 para continuar tratando do Incra e Cultura.

A proposta em discussão

Em vez de três movimentos serão quatro. Nos dois últimos (2009 e 2010), as tabelas se mantêm como estavam. O primeiro movimento (março de 2008) é desdobrado em dois:

a) março-2008: a remuneração total permanece exatamente no montante que estava no acordo pactuado em 2007, porém com outra distribuição: o VB é reduzido em

relação à proposta original e a diferença é coberta por uma gratificação fixa, provisória, que dura até dezembro de 2008;

b) janeiro-2009: essa gratificação fixa é incorporada ao VB que, a partir daí, passa a ser o que estava no acordo original. A diferença, em relação ao pactuado, é que de março a dezembro-2008 haverá redução do valor recebido a título de anuênios e

sentenças judiciais.

No caso do Incra, a negociação já conseguiu compensar essa perda – ainda que parcialmente – com a antecipação de setembro para julho da entrada em vigor das tabelas de 2009 e 2010.

Assim que recebidas, todas as tabelas serão colocadas no portal do Sindsef-DF, na seção Locais de Trabalho, páginas do Incra e Cultura: www.sindsef-df.com.br

Assembléia unificada da Cultura

Em frente ao Iphan e Fundação Palmares
Ed. Central de Brasília – Setor Bancário Norte
Terça-feira - 4.03 - 14h30

Na pauta, discussão da “repactuação” e eleição de representantes para a Plenária Extraordinária da Cultura (Condsef, dia 06.03). Obedecendo ao sistema de rodízio entre o Minc e vinculadas, esta assembléia se realiza na entra-

da do prédio do Iphan e Fundação Palmares, no Setor Bancário Norte. Critérios para a eleição: um delegado de base para cada 500 filiados e mais um delegado da diretoria desde que referendado em Assembléia.

Bacen

Discussão do PCS e luta pelo cumprimento do acordo

Portaria do Banco Central constituiu Grupo de Trabalho (GT) com prazo de 90 dias para apresentar estudos visando à revisão do PCS. Gilmar Lang e Nivaldo Eccard, eleitos em assembléia de 13.02, represen-

tam o Sindsef-DF no GT.

Ao mesmo tempo, os servidores do Bacen se mobilizam pelo cumprimento integral do acordo assinado pelo governo em 2007. Depois da primeira reunião com a SRH na quarta-feira, 27, uma as-

sembléia no dia 28.02 ratificou a luta pelo cumprimento do acordo e instalou assembléia permanente para acompanhar a evolução da situação, com indicativo de nova mobilização dia 6.03, quinta-feira. Foram apresentados infor-



mes das reuniões das entidades dos servidores que programam manifestação para 26.03. A saída positiva

para solução do impasse só pode ser encontrada com o fortalecimento da unidade dentro e fora do banco.